

## BIBLIOGRAFIA

---

PETER CONNOLY, *O exército romano*, trad. de Alvaro Carlos, Ed. Ática, Lisboa, 77pp. ilustr., in fol.

Não é frequente surgir no campo editorial português um livro dedicado a um tema da Antiguidade Clássica que, como este, prenda pelo atractivo da apresentação e simultaneamente interesse pelo rigor do fundo e didactismo da forma. O exército romano é evocado e reconstituído (em texto e imagem a cor) por P. Connoly em três períodos particularmente significativos de uma história que por ele mesmo foi sendo construída ao longo de séculos, e que são: a expansão romana para Oriente, centrada na batalha de Pidna; a ocupação das Gálias por César, os primeiros tempos do Império. Estes momentos são escolhidos em função da informação qualificada que é possível obter através da conjugação dos textos historiográficos (Políbio, César, Tácito, Flávio Josefo) e dos monumentos materiais recuperados pela Arqueologia. A articulação entre eles está todavia também salvaguardada, até por uma perspectiva alargada que situa, com sobriedade, mas suficientemente, a instituição militar no enquadramento global da sociedade romana. Instrumento de poder e domínio, o exército acaba por submeter a si aqueles mesmos que dele se serviram. O relato dos acontecimentos acompanha e serve harmoniosamente na distribuição gráfica a descrição e o desenho das armas, das táticas de guerra, dos trabalhos de engenharia militar, do apetrechamento material, do recrutamento e treino, das hierarquias militares, do triunfo final... Uma informação abundante, em esquema claro e numa linguagem simultaneamente simples e precisa. A revisão do texto português escapou aqui e além o correspondente mais exacto para a expressão do original inglês. Por ex., os cavaleiros não eram escolhidos entre os cidadãos mais "saudáveis" (p.10), mas entre os mais abastados. Um trabalho mais cuidado de revisão deverá incidir, em futura edição, particularmente na transliteração ou transposição de formas latinas, tanto de denominações comuns (sobretudo em plurais, tipo *triarii*) como de nomes próprios, onde o uso inglês provoca bastardismos desnecessários (como *Emílio Paulus*) em português. Merece esse cuidado a própria execução gráfica deste volume que é excelente e quase invulgar no nosso meio.

A. A. Nascimento

MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU, *Aspectos da herança clássica na cultura portuguesa*, "Biblioteca Breve", Inst. Cult. Portuguesa, Lisboa, 1979, 100 pp.

Um título destes chama necessariamente, e implacavelmente, a atenção de quem vive debruçado, por ofício ou vocação, sobre a continuidade da cultura clássica e vê nela um dos elementos operatórios tanto para a compreensão de uma actualidade que não se esgota na luta inglória pela sobrevivência quotidiana como para a análise de um viver colectivo que se foi moldando, ao longo dos séculos, no convívio, na referência e no desafio agonístico a modelos recebidos da Antiguidade. Esperaríamos, por isso, encontrar aqui uma fundamentação clássica da cultura portuguesa que abrangesse, pelo menos, as suas formas (algumas) mais explícitas e manifestasse linhas de sequência. Que não esquecesse a transmissão e conhecimento dos textos clássicos ao longo dos tempos; que informasse dos conteúdos (e não apenas dos esquemas formais) da Escola; que acentuasse a prática, inflectida ou não, das línguas clássicas; que ajuizasse das influências a partir dos modelos aceites e/ou transformados; que revelasse a criatividade sobre a dependência, assumida consciente ou inconscientemente; que evitasse o equívoco da influência perante a mera coincidência, do genérico perante o específico; que alargasse a análise a outros domínios que não os estritamente literários ou gramaticais; que articulasse a permanência da tradição com a capacidade de exprimir novas concepções do mundo e da vida. Tudo isto exigiria indagação cuidadosa, criatividade de esquemas e de análise, manuseamento bibliográfico adequado. Obra de grande fôlego, em suma. O contributo que aqui vamos encontrar é escasso. Excursos demasiado fragmentários e dispersivos, excessivamente frágeis na sua fundamentação, magros no rigor e na perspectiva, quando não inexactos na informação que transmitem, e apressados na própria formulação, pouco ou nada constroem. *Proh dolor!*

A. A. Nascimento

ANTONIO JOSE SARAIVA , *A épica medieval portuguesa* , " Biblioteca Breve " ,  
Inst. Cult. Portuguesa, Lisboa, 1979, 94 pp.

É sumamente agradável ( e proveitosa ) a leitura deste estudo que A. J. Saraiva dedica à questão de uma épica medieval portuguesa. Trata-se, na verdade, da demonstração prática da sua existência a partir da análise dos textos narrativos contidos na *4.a Crônica Breve de Santa Cruz de Coimbra* . Assunto largamente amadurecido pelo A. , depois de uma hipótese emitida em 1950, mas que até agora não apresentara de forma tão sistemática e persuasiva. Um primeiro capítulo ( e porque o próprio tipo de fontes o supõe ) a borda o problema da coexistência entre "história e poesia". História / documento versus história / cantar, no fundo. A diferença e/ou oposição gera-se mais ao nível das linguagens e da estruturação de superfície e não tanto em relação ao facto em si, que há sempre que reconstituir, qualquer que seja a aproximação a efectuar. Mais difícil seguir na épica, que no registo factual, a intencionalidade, a transformação ou o desvio, a contaminação literária e a intervenção do narrador/cantor. Subsiste, no entanto, uma dimensão que em menor escala é transmitida pela história (narrativa organizada de factos): a adesão de uma comunidade ao acontecimento. Há, de resto, uma questão anterior: poderã, na realidade, existir uma comunidade humana sem um canto colectivo ? E, se este existe, não é já ele um documento que, como qualquer outro, precisa de ser lido e explicitado por novos materiais que permitam transpor a sua mensagem para a expressão linear de todos os dias ? É aí, cremos, que tem de processar-se a reconciliação entre a história/documento e a história/arte/canto/legenda. Os trabalhos que a hagiografia especializada, por ex., tem procurado realizar assentam nesta metodologia, e os resultados mostram como ela é fecunda. A. J. Saraiva pouco se demora na relação do canto com a comunidade, deixando a questão suspensa do trabalho do jogral (bem ou mal visto pelo historiógrafo de profissão). A análise desenvolve-se e aprofunda-se em capítulos sucessivos consagrados à "Tradicionalidade" (II); "Tradição e História" (IV), "O Bispo Negro e o conflito com o Papa" (V), "Origem, formação e nacionalidade do cantar" (VI) . A pouco e pouco vão sendo inventariados, correlacionados e explicitados os elementos remanescentes e supostos de uma antiga épica portuguesa, bem co-

mo derivada a contaminação subjacente ao texto da *IV Crônica Breve de Santa Cruz*, a ponto de o cap. VII, modestamente intitulado "Comentário Literário", constituir uma autêntica reconstituição (hipotética muito embora) do texto primitivo, "obra de jograis épicos galego-portugueses, escrita não muito depois de 1169" (data do desastre de Badajoz) e muito presumivelmente em língua portuguesa.

É cristalino o que tudo isto representa de originalidade no panorama do estudo da literatura portuguesa e o interesse que tais posições revestem para um medievista. Um leitor desprevenido, e distraído, a imaginar a gênese do relato na forma transmitida, interrogar-se-á sobre o relevo dado ao episódio do Bispo Negro e à intervenção atribuída a D. Afonso Henriques. Significar apenas a oposição a Roma, num momento em que as relações do rei com o papa foram mais tensas, ou também/sobretudo a oposição cónegos de Santa Cruz/bispo de Coimbra, reivindicando uma isenção de origem real? O vers. 151 "E des ali em diante el foi bispo e arcebispo", logo seguido do vers. 152 "E em todos seus dias nem uũ fez al en sa terra senom o que el quis", quase nos deixa a impressão que não está tanto em causa testemunhar um facto passado (do tempo de Sesnando) como significar uma situação mais recente, relacionada com a própria vida da canónica de Santa Cruz que recolhe o relato e lembrou pelos tempos fora a memória do primeiro rei (como dão testemunho a legenda do aparecimento de Afonso Henriques aos cónegos anunciando-lhes a tomada de Ceuta pelos portugueses, ao lado de quem lutou contra os infiéis - legenda quase esquecida num Alcobacense da B.N.L. - e a própria comemoração que aí lhe era feita no culto). Elemento primitivo? Inserção conjugada com aproveitamento de uma narrativa anterior? Pequeno pormenor que apenas poderá ter interesse enquanto indagação do arranjo último do texto actual.

A. A. Nascimento

ARMANDO CASTRO, *As ideias económicas no Portugal Medieval (sec.XIII e XIV)*,  
"Biblioteca Breve", Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa,  
1978, 127 pp.

A escolha do título, por parte de Armando Castro, revela, só por si, a modestia do contributo português para a formulação de regras económicas. Os doutrinadores nunca abundaram entre nós e também este domínio não constitui excepção, nomeadamente no período medieval. Faltou porventura a Escola para que houvesse doutrina, embora a criatividade nunca precisasse desses trilhos para crescer. As regras da moral e do direito condicionam e integram os comportamentos; as transformações económico-sociais são mais sofridas e observadas que provocadas e orientadas ? Durando Pais, Alvaro Pais, Conde D. Pedro, D. Duarte ou Fernão Lopes, João Sobrinho, Diogo Lopes Rebelo, qualquer que seja a posição que assumem (expositiva, crítica, de orientadores de consciência ou de observadores de uma realidade) não apresentam diferenças substanciais na maneira de encarar as relações produtivas, não obstante as alterações sociais surgidas na passagem do sec. XIV para o seguinte, e não se assumem como doutrinadores ou testemunhas de quem o fosse. Interpretar as diferenças existentes entre eles (nomeadamente F. Lopes) em nome de uma ideologia de classe é um esquema possível, se bem que haja o risco de confundir hipótese de trabalho com a realidade em si. Interessaria mais, sem dúvida, responder a uma questão fundamental: as alterações produtivas (formação de riqueza, produção e circulação de bens, aperfeiçoamento de transportes, etc.) na sociedade portuguesa medieval obedecem apenas a razões de pragmatismo, e, por outro lado, a falta de formalização e respectivo registo escrito significa a ausência de reflexão sobre questões económicas ? Ou não será que até o acentuar das normas morais (que se pretendem tomar como cerceadoras) traduz já de si uma infracção às mesmas ? O acumular de razões teóricas em que tais normas vêm envolvidas não esconderá que a vida impôs regras cuja assimilação e formalização não se operou ainda ? Talvez não deixasse de ter interesse encarar também o problema a partir daqui, o que, não sendo probatório, implicaria pelo menos que a documentação em causa não é totalmente idónea para a demonstração pretendida. De resto, logo na Introdução (p.10-11), A.C. adverte sobre a necessidade de alargar a análise a todo um outro tipo de documentos, o que permitiria obter, jul-

gamos n<sup>o</sup>s, um universo de dados, mais libertos de aproveitamentos circunstanciais e menos sujeitos a contaminação de outra ordem. Ficariam assim, possivelmente, preenchidos muitos dos silêncios referidos por A.C. (p.100). Que nos dariam, por ex., os sermonários medievos ? Por outro lado, a denúncia da riqueza e o abraçar da pobreza voluntária teriam um âmbito tão restrito como aquele que se lhes aponta (p.100-101) ? Ou a multiplicidade de Ordens religiosas medievais (assentes no exercício da pobreza) não significará também uma consciência nítida das novas estruturas econ<sup>o</sup>micas ? Por outro lado ainda, estará a experiência da sociedade medieval tão distante da nossa que apenas seja possível uma análise por contraste e em negativo ? Talvez o medieval olhasse para a floresta sem se dar conta das árvores, mas as nossas especializações correm também o risco de contar as árvores sem se alargar ao âmbito da floresta. A indistinção obrigará a deduzir da prática as regras de tipo econ<sup>o</sup>mico. A prova *ex nihilo* feita por A. C. a partir de alguns textos não é suficiente e deixa necessariamente a questão em aberto. Útil sem dúvida que se tenha apontado para ela, mas reclama um complemento.

A. A. Nascimento

CARLOS REIS, *Técnicas de Análise Textual, Introdução à leitura crítica do texto literário*, Coimbra, Livraria Almedina, 1978, 2<sup>a</sup> edição revista e aumentada, 482 pp.

Foi com sincero entusiasmo que, em anterior nota de leitura (*Classica*, 2, 1977, p.86), saudamos o aparecimento de *Técnicas de Análise Textual* de Carlos Reis. A publicação recente de uma segunda edição revista e aumentada (Coimbra, Almedina, 1978) veio comprovar a necessidade que o público leitor português tinha de uma obra deste tipo e, também, o sucesso do volume predisposto a satisfazer os interesses desse mesmo público.

No "Prefácio à 2<sup>a</sup> edição" (pp. 7-9), o A. afirma que optou por " uma formulação bastante mais didáctica " através de duas modificações relevantes: "um tratamento mais cuidadoso da linguagem em que o trabalho surge e laborado, tendo em vista uma apresentação que, se bem que por vezes mais esquemática, poderá assim aspirar a uma maior clareza; uma redistribuição das matérias e dos elencos bibliográficos, sugerida também pela maior extensão que agora se atinge "(pp. 7-8). Este volume de *Técnicas de Análise*

*Textual* está, assim, muito mais próximo daquele instrumento de trabalho fundamental para a aproximação ao texto literário que todos pretendíamos, pois, ao definir uma opção, quase inteiramente alcançada, de cunho didáctico, a obra tornou-se mais acessível, assumindo o carácter de iniciação. E tudo isto mantendo "inalterável o espírito que a gerou" (p. 7).

Numa simples leitura é visível a preocupação do A. em clarificar e completar o texto, procurando, simultaneamente, a actualização bibliográfica e o enriquecimento do pormenor. Saliente-se, por outro lado, uma nítida alteração da estrutura da obra através de uma nova articulação dos capítulos, subdivididos nalguns casos e sempre enriquecidos com alíneas e exemplos. Os cinco capítulos primitivos são substituídos por três partes, cada um contendo vários capítulos: I - *Da leitura à crítica* (1. Leitura Clássica; 2. Análise e interpretação), II - *Níveis de Análise* (1. Prê-texto: história literária; 2. Subtexto: crítica psicanalítica e sociologia da literatura; 3. Texto literário) e III - *Análise Textual* (1. Análise estilística; 2. Análise estrutural; 3. Análise semiótica). Acrescenta-se, agora, uma IV<sup>a</sup> parte: *Apêndice : Análise do discurso publicitário*.

A nova edição de *Técnicas de Análise Textual* não difere da primeira apenas por uma diferente arrumação da matéria e por uma redacção diversa nalguns pontos; de facto, o texto é enriquecido com inúmeros acrescentos, que podem assumir o aspecto de novas alíneas de exposição teórica ou de exemplos práticos. E anote-se com muito agrado a inclusão de maior número de análises de textos, a solicitarem ainda mais o leitor para uma adesão prática imediata.

O *Apêndice* (pp. 447-467) justifica-se pelo próprio interesse, além, naturalmente, da validade dos argumentos expostos pelo A. na p. 449. Só lamentamos que a apresentação assumia ainda uma forma algo envergonhada, perdoe-se a expressão, e não se desenvolva mais a exposição. A bibliografia afinal é, como em todas as outras partes, um convite ao leitor para prosseguir os seus estudos.

Conclua-se dizendo que o bom instrumento de trabalho que era *Técnicas de Análise Textual* se transformou num ainda melhor utensílio, numa obra que, se não fosse a manutenção do título, quase se poderia considerar nova. Continuam, pois, de parabéns o Autor, o Editor e, é claro, o público.

VICTOR JABOUILLE

Carlos Reis, *Introdução à leitura d' "Os Maias"*, 2ª edição, Coimbra, Livraria Almedina, 1979, 172 páginas.

*No prosseguimento de uma tradicional linha de actuação, orientada no sentido de oferecer aos estudantes e estudiosos portugueses instrumentos de trabalho válidos, que contribuam para um progressivo enriquecimento cultural do nosso meio, publicou a Livraria Almedina a 2ª edição da obra em epígrafe, dedicada ao mais famoso romance de Eça de Queirós e, porventura, da nossa história literária.*

Manifestar surpresa perante o valor intrínseco deste trabalho equivaleria a mostrar desconhecimento de todo o esforço, de pleno êxito, que o seu autor, docente da Faculdade de Letras de Coimbra, tem desenvolvido em prol dos estudantes queirosianos, cuja moderna orientação, alicerçada em novas técnicas de abordagem literária (entre as quais cumpre distinguir o Estruturalismo e a Semiótica), recebeu grande contributo com o aparecimento, em 1975, de uma outra obra sua - *Estatuto e Perspectivas do Narrador na Ficção de Eça de Queiros* -, publicada igualmente pela Almedina.

Nas páginas iniciais do livro agora surgido, correspondentes à "Introdução" (e precedidas de dois breves prefácios), Carlos Reis traça rapidamente a caminhada literária de Eça, para concluir que o beneditino trabalho de elaboração d'*Os Maias* se situa num momento em que começa a ganhar forma e a avolumar-se uma descrença do escritor no romance naturalista (cujas técnicas enraizadas nas teorias positivistas de Augusto Comte e na ideologia de Proudhon, estão bem presentes no *Crime do Padre Amaro* e no *Primo Basílio*), atitude que é o reflexo de um processo geral de desagregação do Naturalismo, facilmente verificável, por essa altura, a nível europeu, no âmbito das diversas artes e da Filosofia.

Após esta "Introdução", depara-se-nos um "Quadro Sinóptico" (1845-1900) contendo referências aos momentos capitais da actividade literária do romancista, apresentados em paralelo com o panorama coevo da literatura, da história e da cultura portuguesas, e também com os acontecimentos mundiais que então produziram maior ressonância no campo histórico-cultural.

O verdadeiro corpo do livro - cento e trinta e sete páginas, nas quais o autor demonstra, através de uma análise clara, disciplinada e objectiva, baseada na Estilística, no Estruturalismo e na Semiótica literária, que *Os Maias*, embo



ra manifestando indiscutíveis relações de afinidade com a teoria e as técnicas naturalistas, documentam com clareza o gradual afastamento de Eça relativamente aos cânones de inspiração comtiana - o verdadeiro corpo do livro, dizíamos, é constituído por seis capítulos, cada um deles dedicado a um aspecto fundamental: *Personagem* (centralidade; caracterização: Pedro da Maia, Maria Eduarda, Carlos da Maia; educação; representatividade social; síntese); *Espaço* (características fundamentais; espaço físico; espaço social; figurantes, ambientes; espaço psicológico; síntese); *Ação* (níveis e relevo de acção; estrutura da intriga; acção trágica; síntese); *Ponto de vista* (modos de representação; focalização omnisciente; focalização interna; Vilaça, Carlos da Maia, Ega; síntese); *Tempo* (tempo da história; tempo do discurso; analepses, redução temporal, isocronia; tempo psicológico; síntese); *Ideologia* (processos conotativos de expressão ideológica; ideologia do narrador e da personagem central: narrador, personagem central; ideologia do trágico; síntese).

Completam esta obra uma "Bibliografia", constituída pela indicação dos principais estudos existentes sobre Eça de Queirós e *Os Maias*, um "Índice de autores" e um "Índice geral".

Embora sem pretendermos pôr em causa o grande mérito deste trabalho, permitimo-nos, contudo, afirmar que, no concernente à *dimensão trágica* patenteada na intriga, nos causou certa surpresa o facto de o autor não ter posto em relevo os seguintes aspectos:

1. No contexto em que se movem, caracterizado por limitações de toda a natureza, pela grosseria e pelo ridículo, Afonso, Carlos e Maria Eduarda - os mais directos intervenientes no processo trágico - surgem-nos como personagens cuja figuração escapa ao tão queirosiano toque de burlesco e de satírico, facto que lhes confere, no conjunto, certa dose de grandeza, certo carácter de excepção (cf. a "imitação de homens superiores" na tragédia<sup>1</sup>);
2. a *hybris* adquire progressivamente, em várias fases, toda a sua obsidiante força dramática e apenas na última delas se apresenta verdadeiramente como tal: primeiramente, Carlos e Maria Eduarda decidem enfrentar e romper o compromisso por esta assumido em função do matrimónio (falso, na realidade, mas tido, até por aquele, como um facto verdadeiro); em segundo lugar, Carlos projecta uma hipotética fuga com a apaixonada, sem se deixar invadir pelo remorso do conseqüente desgosto que infligiria ao avô<sup>2</sup>; por fim, Carlos mantém, conscientemente, relações incestuosas com a irmã<sup>3</sup>;
3. a existência difusa de certos processos (referências frequentes ao fatal destino que persegue os Maias e o Ramalhete, algumas antevisões de Ega, etc.)

desempenha uma função equivalente à do coro trágico;

4. a finalidade, o efeito específico da tragédia — suscitar, desencadear a com paixão e o temor<sup>4</sup> — manifesta-se nos olhos de Afonso, "vermelhos, esgazeados, cheios de horror"<sup>5</sup>, e nas reacções de algumas personagens à morte do ve lho;
5. o incesto, tema trágico por excelência, adquire um valor simbólico<sup>6</sup>;
6. revelam-se, ao longo do romance, diversos processos de atenuação ou dissolução do trágico.

Ultrapassando, agora, a problemática da feição trágica, fundamental na obra, e penetrando no âmbito do *espaço* e das *personagens*, afigura-se-nos que Carlos Reis poderia ter referido, de forma mais explícita, o facto de o título *Os Maias* ficar, em parte, englobado no subtítulo, já que o espesso lastro de mentalidade romântica (ultra-romântica, até!) neste implícito, é detectável — como o autor claramente demonstra através do seu estudo — não apenas nos vários episódios que decorrem na sociedade lisboeta, à margem da intriga (Jantar no Hotel Central, Sarau literário do Trindade, etc.), mas também no comportamento de alguns membros da família Maia, sobretudo em Pedro e Carlos.

No domínio da linguagem, um único ponto merece a nossa discordância: o uso, em tradução, da forma errónea "o *hubris*" em vez de "a *hybris*".

Deixando de parte estas questões de pormenor, irrelevantes no conjunto de *Introdução à leitura d' "Os Maias"*, felicitamos uma vez mais o seu autor pelo excelente trabalho que nos proporcionou, e no qual, a despeito de manusear técnicas e conceitos ainda não muito divulgados entre nós, se exprime com notável clareza e objectividade.

E a comprovar a qualidade das ideias contidas em mais este volume da Almedina, aí está o largo acolhimento que a sua primeira edição, surgida há pouco mais de um ano, mereceu de muitos professores de Literatura Portuguesa, bem como de algumas camadas estudantis do nosso Ensino Secundário e Superior, conscientes de que, para uma análise profunda e actualizada da obra-prima de Eça, é imprescindível conhecer esta publicação.

Precisamos, nas nossas bibliotecas, de estudos que, evidenciando, como este, profundidade de conhecimento na abordagem dos assuntos, consigam, ao mesmo tempo, assumir um carácter funcional, eminentemente didáctico!

#### Notas

1. Cf. Aristóteles, *Poética*, 1449b, Lisboa, Guimarães Editores, 1964, pp. 109-110 (tradução, prefácio, notas e índices de Eudoro de Sousa);

2. Cf. Eça de Queirões, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., cap. XII, pp. 418-419;
3. Cf. Idem, *ibidem*, cap. XVII, pág. 658;
4. Cf. Aristóteles, *op. cit.*, 1449b, pág. 110;
5. Eça de Queirões, *op. cit.*, cap. XVII, pág. 667;
6. Cf. António Coimbra Martins, "O Incesto de "Os Maias" in *Ensaíos Queirosianos*, Lisboa, Europa-América, 1967, pp. 267-287.

António Mateus Vilhena